

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.421	28.179	Concessão de serviços públicos	8	4.988	4.845
Contas a receber de clientes	5	10.593	10.479	Empréstimos e financiamentos	9	14.515	8.050
Contas a receber de partes relacionadas	14	511	5	Fornecedores	10	4.299	2.979
Estoques		1.250	1.460	Obrigações sociais	11	3.507	2.507
Impostos a recuperar	6	997	-	Obrigações fiscais		800	1.165
Despesas antecipadas		514	529	Partes relacionadas	14	1.347	-
Outros ativos		671	390	Dividendos propostos	13	1.920	1.777
Total do ativo circulante		<u>32.957</u>	<u>41.042</u>	Outros passivos		532	560
				Total do passivo circulante		<u>31.908</u>	<u>21.883</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	917	1.002	Concessão de serviços públicos	8	58.855	58.379
Despesas antecipadas		86	255	Empréstimos e financiamentos	9	29.096	28.039
Depósitos judiciais		-	18	Fornecedores	10	45	45
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	3.135	3.173	Provisão para riscos	12	984	1.391
Outros ativos		149	402	Outros passivos		220	598
Intangível	7	<u>143.784</u>	<u>117.745</u>	Total do passivo não circulante		<u>89.200</u>	<u>88.452</u>
Total do ativo não circulante		<u>148.071</u>	<u>122.595</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13	44.214	44.214
				Reservas de lucros		<u>15.706</u>	<u>9.088</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>59.920</u>	<u>53.302</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>181.028</u></u>	<u><u>163.637</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>181.028</u></u>	<u><u>163.637</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARACATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	15	102.005	86.145
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(70.236)	(53.323)
LUCRO BRUTO		<u>31.769</u>	<u>32.822</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(10.719)	(11.246)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>55</u>	<u>25</u>
		(10.664)	(11.221)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>21.105</u>	<u>21.601</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	2.619	1.546
Despesas financeiras	17	<u>(11.107)</u>	<u>(12.166)</u>
		(8.488)	(10.620)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>12.617</u>	<u>10.981</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	18	(4.042)	(4.000)
Diferidos	18	<u>(37)</u>	<u>919</u>
		(4.079)	(3.081)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>8.538</u>	<u>7.900</u>
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	19	<u>0,18</u>	<u>0,16</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.538	7.900
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>8.538</u>	<u>7.900</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de lucros			Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de contingências	Lucros retidos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		36.946	-	190	190	2.584	4.768	-	44.679
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	7.900	7.900
Aumento de capital	13	11.500	(4.232)	-	-	-	-	-	7.268
Realização do AFAC	13	-	-	-	-	-	(4.768)	-	(4.768)
Complemento de reserva legal	13	-	-	396	-	-	-	(396)	-
Complemento de reserva para contingências	13	-	-	-	396	-	-	(396)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	(1.777)	(1.777)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	5.331	-	(5.331)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		48.446	(4.232)	586	586	7.915	-	-	53.302
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	8.538	8.538
Complemento de reserva legal	13	-	-	428	-	-	-	(428)	-
Complemento de reserva para contingências	13	-	-	-	428	-	-	(428)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	-	-	(1.920)	(1.920)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	5.763	-	(5.763)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		48.446	(4.232)	1.014	1.014	13.678	-	-	59.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARACATUBA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		8.538	7.900
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		37	(919)
Depreciação e amortização	7	5.659	5.871
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	3.118	1.929
Encargos financeiros sobre outorga	16	5.574	7.474
Provisões para riscos	12	225	1.204
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	5	1.606	587
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(1.635)	(1.069)
Estoque		210	111
Impostos a recuperar		(997)	44
Outros ativos		173	(1.096)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores e partes relacionadas		2.161	479
Obrigações sociais		1.000	(530)
Obrigações fiscais		4.503	3.929
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.868)	(3.704)
Outros passivos		(404)	516
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(3.167)	(1.154)
Pagamento concessão dos serviços públicos		(4.955)	(4.778)
Pagamento riscos cíveis e trabalhistas		(632)	(602)
Caixa oriundo das atividades operacionais		<u>16.146</u>	<u>16.191</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo intangível	7	(31.990)	(14.165)
Venda de intangível	7	<u>292</u>	<u>122</u>
Caixa oriundo das atividades de investimento		<u>(31.698)</u>	<u>(14.043)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos:	9		
Captações		15.096	35.000
Pagamentos de principal		(7.525)	(554)
Debêntures:			
Pagamentos de debêntures		-	(10.619)
Integralização de capital		-	7.268
Pagamento de dividendos		(1.777)	(862)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(4.768)
Caixa oriundo das atividades de financiamento		<u>5.794</u>	<u>25.465</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(9.758)</u>	<u>27.613</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		28.179	566
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		18.421	28.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMAR - SOLUÇÕES AMBIENTAIS DE ARAÇATUBA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARAS OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 23 de agosto de 2012. A Companhia é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba - SP, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos.

Foi publicado no dia 22 de janeiro de 2019, a correção automática e periódica no percentual de 3,75% do valor das tarifas de fornecimento de água e de esgoto, entrando em vigor após 30 dias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais - R\$ foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível.

Determinação da receita e custos de construção

Quando contrata serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção com base no modelo econômico do contrato.

Na primeira etapa do contrato, que compreende a construção das obras, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa. A receita de construção auferida e o custo da obra incorrido referem-se à estruturação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário da cidade de Araçatuba.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Na segunda etapa do contrato, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos será reconhecida a atualização do ativo intangível registrado a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: a) pelo seu valor justo por meio do resultado (VJR); e b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Contas a receber

As contas a receber de clientes são representadas pelos respectivos valores faturados e a faturar dos serviços fornecidos, referente à prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto e outros serviços complementares e estão apresentadas aos valores de realização, menos os créditos de realização duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas.

ii. Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, concessões de serviços públicos, partes relacionadas e outros passivos.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis à um ativo qualificável.

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Fornecedores, outros passivos e partes relacionadas

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Ajuste a Valor Presente - AVP de passivos

Os passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.2. Estoques

Referem-se substancialmente a material para manutenção e aplicação na rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando aplicável, é constituída provisão para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques.

3.3. Intangível

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo intangível tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicação de perda de valor. Quando o valor contábil dos referidos ativos ultrapassa o valor recuperável, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não houve necessidade de constituir provisão para redução desses ativos ao valor recuperável.

3.5. Outros ativos e outras obrigações

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e se custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.6. Provisões para riscos

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos está registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à classificação no longo prazo.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, quando aplicável, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis.

3.8. Reconhecimento das receitas e despesas

A receita de serviços é proveniente do fornecimento de água, tratamento de esgoto e serviços complementares, e é auferida sobre a medição de volume de água e tratamento de esgoto sanitário multiplicando a metragem cúbica do volume tratado pelo preço base por metro cúbico estipulado no contrato de concessão. Os serviços complementares são reconhecidos quando efetivamente prestados. Os valores são medidos e faturados diariamente e reconhecidos pró-rata ao período de competência (quando os serviços são prestados).

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

Quando contrata serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, houve o reconhecimento no resultado dos serviços de construção de acordo com o requerido pelas Interpretações Técnicas - ICPC 01 e ICPC 17 - Contratos de Concessão e pela Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão.

3.9. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos.

3.10. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que corresponder ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

3.11. Mudanças nas principais práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação direta dessas normas está descrito abaixo:

- CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto tempo a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Administração avaliou os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, não identificou impactos relevantes em suas operações.

- CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Administração avaliou os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, não identificou impactos relevantes em suas operações. Os ativos são analisados individualmente pela Companhia de acordo com as informações disponíveis para mensuração, e são realizadas avaliações dos efeitos de perdas de crédito esperadas.

3.12. Novos pronunciamentos técnicos, revisões, alterações e interpretações já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas "International Financial Reporting Standards - IFRS", alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

- CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil/ “Leasing”:

A nova norma substitui a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para, praticamente, todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar foro do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas divulgadas pelo CPC ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	862	414
Certificados de Depósito Bancário – CDB	17.559	1.184
Compromissada	-	<u>26.581</u>
Total	<u>18.421</u>	<u>28.179</u>

As aplicações financeiras são representadas por CDB com liquidez diária, com compromisso de recompra pelos emissores, e operações compromissadas que possuem liquidez imediata e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. São remuneradas pelo percentual de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

- i) Composição das contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber de clientes (a)	17.254	15.620
(-) Créditos vencidos não liquidados	<u>(5.744)</u>	<u>(4.139)</u>
Total	<u>11.510</u>	<u>11.481</u>
Ativo circulante	10.593	10.479
Ativo não circulante (b)	917	<u>1.002</u>
Total	<u>11.510</u>	<u>11.481</u>

- a) Referem-se ao faturamento das medições de volume de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuadas pela Companhia. A própria Companhia é responsável pela cobrança junto aos consumidores finais.
- b) Refere-se ao termo de acordo de confissão e parcelamento de dívida assinado em 11 de fevereiro de 2015 entre a Companhia e a Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba no montante total de R\$1.164 a ser pago em 150 parcelas. Em 31 de dezembro de 2018, restavam em aberto o total de 103 parcelas, sendo R\$113 a vencer em até 360 dias e R\$855 a vencer após 360 dias.

ii) Idade de vencimento das contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	2.680	2.413
De 31 a 60 dias	826	754
De 61 a 90 dias	376	343
De 91 a 180 dias	726	610
De 181 a 360 dias	745	851
Acima de 361 dias	<u>3.121</u>	<u>2.471</u>
Total de vencidas	<u>8.474</u>	<u>7.442</u>
A vencer:		
Até 30 dias	1.502	2.764
De 31 a 90 dias	<u>7.278</u>	<u>5.414</u>
Total a vencer	<u>8.780</u>	<u>8.178</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.744)	(4.139)
Total de contas a receber de clientes	<u>11.510</u>	<u>11.481</u>

iii) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	(4.139)	(3.552)
Adições	<u>(1.605)</u>	<u>(587)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(5.744)</u>	<u>(4.139)</u>

O prazo médio das contas a receber é de 48 dias. O critério para constituição da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Para os casos de clientes para os quais se constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, 100% do saldo é provisionado (títulos vencidos e a vencer). Em casos de clientes que possuem parcelamentos, o critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa reflete a provisão de 100% dos parcelamentos vencidos há mais de 91 dias. Para os clientes que constituem a PCLD de parcelamento, 100% do saldo é provisionado (faturas vencidas e a vencer). Além da análise da situação financeira de cada cliente, a Administração leva em consideração os pareceres da assessoria jurídica referente aos processos judiciais de cobrança existentes.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	562	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	148	-
Outros	<u>287</u>	-
Total	<u>997</u>	-

Referem-se a valores pagos por estimativa a maior durante o ano de 2018 em comparação ao apurado no final do exercício. Isso ocorreu devido a provisões contabilizadas em no mês de dezembro, como o ajuste na PCLD e obsolescência dos estoques.

7. INTANGÍVEL

	2018		2017		% a.a.
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Taxa média de amortização
Software	1.296	(881)	415	601	20,00
Direitos de concessão - outorga (a)	86.683	(18.009)	68.674	71.555	3,33
Investimentos na concessão (b)	23.681	(3.378)	20.303	20.479	3,33
Sistema de abastecimento de água (c)	11.065	(1.814)	9.251	9.542	3,33
Sistema de esgotamento sanitário (c)	10.677	(658)	10.019	4.315	3,33
Máquinas, equipamentos, veículos e outros ativos	6.284	(3.729)	2.555	2.216	9,48 a 14,15
Intangível em andamento (d)	28.177	-	28.177	9.037	
Adiantamentos a fornecedores (e)	4.390	-	4.390	-	
Total	172.253	(28.469)	143.784	117.745	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível:

	Saldo em 31 de	Movimentação 2018				Saldo em 31 de
	dezembro de 2017	Aquisição	Amortizações	Baixa	Transferência	dezembro de 2018
Software	601	59	245	-	-	415
Outorga	71.555	-	2.881	-	-	68.674
Investimento na Concessão	20.479	905	874	216	9	20.303
Sistema Abastecimento Água	9.542	187	477	1	-	9.251
Sistema Esgotamento Sanitário	4.315	138	433	-	5.999	10.019
Máquinas, equipamentos, veículos e outros ativos	2.216	1.163	749	75	-	2.555
Intangível em Andamento	9.037	25.148	-	-	6.008	28.177
Adiantamento Fornecedor	-	4.390	-	-	-	4.390
Total	117.745	31.990	5.659	292	-	143.784

a) Direitos de concessão - outorga

A Companhia é concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba – SP, e contabiliza o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão. A Samar tem acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão. A concessão tem vigência até novembro de 2042.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas, bem como todas as obras e instalações realizadas pela Companhia, serão revertidas pelo saldo líquido das respectivas amortizações ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba - DAEA sem qualquer retorno financeiro para a Companhia.

b) Investimentos na concessão

Estes investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo da concessão. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo da concessão.

c) Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Correspondem às Estações Tratamento de Esgoto (elevatórias e redes) e Estações de tratamento de água (reservatórios e redes).

d) Intangível em andamento

Corresponde às obras do sistema de esgotamento sanitário (modernização da estação de tratamento, remanejamento e reabilitação de interceptores) e do sistema de abastecimento de água (setorização e hidrometria).

- e) Corresponde a materiais adquiridos, mais especificamente, a secadores de lodo que são usados na prestação de serviço de tratamento de esgoto.

A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível com o auxílio de empresa especializada. A última revisão foi feita em 2017, e a Companhia não identificou aspectos que justificassem mudanças em 2018.

8. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O contrato de concessão prevê a outorga a pagar pela Samar ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba - DAEA. A outorga a pagar é definida contratualmente como "ônus fixo" e "ônus variável", sendo que o ônus fixo é pago mensalmente durante todo o período da concessão (30 anos) no montante de R\$262 (R\$384 – valor atualizado em 31 de dezembro de 2018). No mês de dezembro de cada ano são pagas duas parcelas, totalizando, portanto, 13 pagamentos no ano. O ônus variável foi liquidado em abril de 2014.

O valor da outorga é atualizado com base no reajuste tarifário que ocorre a cada 12 meses, mediante a decisão publicada na imprensa oficial e em sitio na internet, decisão que entra em vigor imediatamente, levando-se em conta a variação de preços entre janeiro e dezembro do ano anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Como garantia o poder concedente requereu da companhia um seguro garantia de cumprimento das obrigações contratuais emitido através de apólice número 02-0775-0426118 da seguradora J Malucelli Seguradora S/A.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro, a movimentação dos saldos acumulados de outorga a pagar equivale a:

	2018	2017
Valor total de outorga a pagar conforme contrato de concessão	141.420	141.420
Atualização financeira	42.972	39.464
Pagamentos efetuados	(65.834)	(60.879)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(54.715)	(56.781)
Total	<u>63.843</u>	<u>63.224</u>
Passivo circulante	4.988	4.845
Passivo não circulante	<u>58.855</u>	<u>58.379</u>
Total	<u>63.843</u>	<u>63.224</u>

- (a) O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições financeiras	Juros e encargos	Vencimento final	Circulante	
			2018	2017
Banco Mercedes Benz (a)	Pré-fixado - 4% e 6% a.a.	Fev./2019	14	428
Banco Safra S.A. (b)	Pré-fixado - 6% a.a.	Mar./2019	24	97
Banco BNDES (c)	TLP + 2,7% a.a.	Ago./2041	93	-
Banco Santander (d)	CDI + 2,75% a.a.	Nov./2020	<u>14.384</u>	<u>7.525</u>
Total			<u>14.515</u>	<u>8.050</u>

Instituições financeiras	Juros e Encargos	Vencimento final	Não circulante	
			2018	2017
Banco Mercedes Benz	(a) Pré-fixado - 4% a 6% a.a.	Fev./2019	-	15
Banco Safra S.A.	(b) Pré-fixado - 6% a.a.	Mar./2019	-	24
Banco BNDES	(c) TLP + 2,7% a.a.	Ago./2041	15.096	-
Banco Santander	(d) CDI + 2,75% a.a.	Nov./2020	14.000	28.000
Total			29.096	28.039

- a) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em frota de veículos pesados e implementos. Os juros e principal são pagos mensalmente até a data de vencimento em fevereiro de 2019. Garantia de alienação fiduciária dos veículos pesados e implementos.
- b) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em retroscavadeira. Os juros e principal são pagos mensalmente até a data de vencimento em março de 2019. Garantia de alienação fiduciária do equipamento.
- c) Refere-se a financiamentos destinados a investimentos na modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os juros serão pagos trimestralmente com início em fevereiro de 2019 e mensalmente a partir de setembro de 2022, e o principal será pago mensalmente com início em setembro de 2022 até a data de vencimento em agosto de 2041. O empréstimo possui como garantia a cessão fiduciária dos recebíveis das contas decorrentes da cobrança de água e esgoto. As garantias referem-se a cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de concessão, bem como de seus aditivos posteriores, o penhor de 100% das ações representativas do capital social da companhia bem como todas as novas ações que a acionista controladora venha a adquirir no futuro, seus frutos, lucros, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos e juros sobre capital próprio, durante a vigência do contrato.
- d) Refere-se a empréstimo na modalidade Fixed Rate Note - FRN para investimento em obras do sistema de abastecimento de água e esgoto. Os juros são pagos semestralmente com início em maio de 2018 e o principal também semestralmente com início em novembro de 2018 até a data de vencimento em novembro de 2020. A Samar não apresentou garantias, somente o aval da acionista controladora GS Inima Brasil.

A movimentação dos empréstimos aconteceu conforme abaixo:

	Movimentação dos empréstimos
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.118
Captações	35.000
Juros incorridos	571
Pagamento de juros	(46)
Pagamento de principal	(554)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	36.089
Saldo em 31 de dezembro de 2017	36.089
Captações	15.096
Juros incorridos	3.118
Pagamento de juros	(3.167)
Pagamento de principal	(7.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	46.611

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2020	14.000
2021	-
2022	265
2023	795
Após 2023	14.036
Total	29.096

10. FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores a pagar (a)	4.344	3.024
Total	<u>4.344</u>	<u>3.024</u>
Passivo circulante	4.299	2.979
Passivo não circulante	45	45
Total	<u>4.344</u>	<u>3.024</u>

(a) Refere-se a fornecedores a pagar, a variação refere-se principalmente ao aumento de compras relativas aos investimentos em obras.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários a pagar (a)	603	-
Participação nos lucros e resultados	1.130	935
Férias e 13º salário	1.267	1.163
Encargos sobre a folha de pagamento	501	402
Outros	6	7
Total	<u>3.507</u>	<u>2.507</u>

a) A partir de setembro de 2018, os salários passaram a ser pagos no 5º dia útil do mês subsequente.

12. PROVISÕES PARA RISCOS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Companhia e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Risco de perda provável

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>
Processos cíveis (a)	712	225	(120)	817
Processos trabalhistas (b)	679	-	(512)	167
Total	<u>1.391</u>	<u>225</u>	<u>(632)</u>	<u>984</u>
	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2017</u>
Processos cíveis (a)	490	474	(252)	712
Processos trabalhistas (b)	299	730	(350)	679
Total	<u>789</u>	<u>1.204</u>	<u>(602)</u>	<u>1.391</u>

a) As contingências cíveis referem-se a riscos prováveis com indenizações a terceiros com relação a perdas de bens.

b) As reclamações trabalhistas referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indenizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços para a Companhia. A redução significativa no valor dessa provisão corresponde ao ganho de causas trabalhistas e acordos celebrados.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

A Companhia é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$2.110 (R\$1.227 em 2017) e está sujeita a riscos para os quais sua Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$48.445 sendo R\$44.214 totalmente integralizado e R\$4.231 pendente de integralização e é representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, demonstradas como segue.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Ações Ordinárias</u>	
GS Inima Brasil Ltda.	<u>48.445</u>	<u>48.445</u>

Alterações no capital social

Em 28 de abril de 2017, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Ordinária, o aumento do capital social no montante de R\$11.500, mediante a emissão de 11.500.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A integralização foi efetuada mediante a capitalização de R\$7.268 sendo R\$2.500 em espécie e R\$4.768 de adiantamento para futuro aumento de capital registrado em 2016.

Em 28 de dezembro de 2018, através da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a prorrogação do prazo para integralização do capital social de R\$4.231 em até 24 (vinte e quatro) meses após a referida data.

Dividendos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias atendendo ao percentual anual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Companhias por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizam R\$1.920 a serem pagos no decorrer de 2019 (R\$1.777 em 2017).

O cálculo dos dividendos obrigatórios está demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	8.538	7.900
Reserva legal	(428)	(396)
Reserva para contingências	<u>(428)</u>	<u>(396)</u>
Base de cálculo	7.682	7.108
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Dividendos propostos	<u>1.920</u>	<u>1.777</u>
Dividendos por ação (em reais - R\$)	<u>0,0396</u>	<u>0,0367</u>

Reserva legal, reserva para contingência e retenção de lucros

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto social da Companhia prevê a retenção de 5% do lucro líquido para a constituição de reserva para contingências, limitada ao valor do capital social.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

14. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e outras partes relacionadas são relativas, substancialmente, a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras. As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2018</u>		
	<u>Despesas com execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Fornecedores</u>
GS Inima Brasil Ltda. (controladora)	2.864	359	1347
GS Engineering & Construction Corp.	-	152	-
	<u>31/12/2017</u>		
	<u>Despesas com execução, supervisão e gerenciamento de obras</u>	<u>Contas a receber</u>	<u>Fornecedores</u>
GS Inima Brasil Ltda. (controladora)	-	5	-

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de serviços de água e esgoto (a)	83.358	78.087
Receita de construção (b)	26.180	13.608
Outras receitas	2.788	3.235
Impostos sobre as receitas	(7.736)	(7.404)
Cancelamentos e descontos incondicionais	(2.585)	(1.381)
Receita líquida	<u>102.005</u>	<u>86.145</u>

(a) O aumento nas receitas de serviços refere-se substancialmente ao reajuste tarifário previsto em contrato.

(b) O aumento nas receitas de construção refere-se ao aumento dos investimentos em novos projetos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Custos dos serviços prestados representados por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos de pessoal	12.753	11.882
Materiais	4.730	4.473
Utilidades (a)	10.752	8.991
Serviços de terceiros	4.831	3.745
Custos de construção (b)	26.180	13.608
Depreciação/ amortização	5.323	5.455
Impostos, taxas e contribuições	2.554	2.353
Outros custos da operação	<u>3.113</u>	<u>2.816</u>
Total	<u>70.236</u>	<u>53.323</u>

(a) O acréscimo dos custos com utilidades refere-se à energia elétrica devido ao reajuste tarifário e incremento no consumo de 21.637 KWh em 2017 para 23.749 KWh em 2018.

(b) O aumento dos custos com construção refere-se às obras e investimentos necessários para o tratamento de água e esgoto, ocasionando gastos com mão de obra, materiais e serviços.

Despesas operacionais representados por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas com pessoal	4.569	4.840
Materiais	447	318
Utilidades	60	197
Despesas com serviços de terceiros	3.132	2.419
Despesas com depreciação/ amortização	384	416
Impostos, taxas e contribuições	120	196
Outras despesas operacionais	<u>2.007</u>	<u>2.860</u>
Total	<u>10.719</u>	<u>11.246</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimento de aplicações financeiras	1.221	363
Juros sobre títulos recebidos	1.350	1.089
Outras receitas financeiras	48	94
	<u>2.619</u>	<u>1.546</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.518)	(2.373)
Custos da outorga	(5.574)	(7.474)
Juros sobre títulos pagos	(145)	(57)
Outras despesas financeiras	<u>(1.869)</u>	<u>(2.262)</u>
	<u>(11.107)</u>	<u>(12.166)</u>
Despesa financeira líquida	<u>(8.488)</u>	<u>(10.620)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bases do ativo:		
Ajuste a valor presente - AVP	12.196	9.977
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.921	4.139
Provisão para riscos	984	1.391
Provisão para obsolescência dos estoques	89	206
Provisão de PLR	<u>1.130</u>	<u>897</u>
Base de cálculo	18.320	16.610
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo	<u>6.229</u>	<u>5.647</u>
Bases do passivo:		
Ajuste a valor presente - AVP	(9.098)	(7.278)
Base de cálculo	(9.098)	(7.278)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo	<u>(3.093)</u>	<u>(2.474)</u>
Impostos diferidos, líquido	<u>3.135</u>	<u>3.173</u>
Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social:		
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.617	10.981
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculado à alíquota vigente	(4.290)	(3.734)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	<u>211</u>	<u>653</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(4.079)</u>	<u>(3.081)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por:		
Corrente	(4.042)	(4.000)
Diferido	<u>(37)</u>	<u>919</u>
Total	<u>(4.079)</u>	<u>(3.081)</u>

19. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2018 e de 2017, a Companhia realizou as seguintes operações que não estão refletidas das demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aquisição do ativo intangível - fornecedores a pagar	1.309	466
Dividendos propostos e não pagos	1.920	1.777

20. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e do lucro líquido diluído por ação.

<u>Básico</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	8.538	7.900
Quantidade de ações no final do ano (em milhares)	<u>48.445</u>	<u>48.445</u>
Lucro líquido por ação - básico - R\$	<u>0,18</u>	<u>0,16</u>
<u>Diluído</u>		
Lucro líquido utilizado na apuração do lucro líquido básico por ação	8.538	7.900
Quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do lucro líquido diluído por ação (em milhares)	<u>48.445</u>	<u>48.445</u>
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	<u>0,18</u>	<u>0,16</u>

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Companhia avalia seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis.

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	18.421	28.179
Contas a receber de clientes	11.510	11.481
Contas a receber de partes relacionadas	<u>511</u>	<u>5</u>
	<u>30.442</u>	<u>39.665</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(46.611)	(36.089)
Fornecedores	(5.111)	(3.024)
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(580)</u>	<u>-</u>
	<u>(49.302)</u>	<u>(39.113)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>(18.860)</u>	<u>552</u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando-se as taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

A Companhia não efetuou transações relacionadas a instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA, CDI e da TLP, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
Receita Aplicação Financeira	78	98	117
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
Juros a incorrer (*)	(1.816)	(2.271)	(2.725)
IPCA	3,75%	4,69%	5,63%
Juros sobre outorga a incorrer (*)	(2.394)	(2.993)	(3.591)
TLP	6,98%	8,73%	10,47%
Juros a incorrer (*)	(1.060)	(1.325)	(1.590)
Juros a incorrer líquido	(5.193)	(6.491)	(7.789)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Os principais riscos a que a Companhia está exposta na condução de suas atividades são:

- a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando problemas de liquidez para a Companhia.

- b) Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos contraídos são controlados em termos de valor de exposição e de taxas contratadas, em virtude na respectiva natureza, a fim de não expor a Companhia a riscos considerados excessivos.
- c) Risco de créditos: instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito e monitora as suas contas a receber tomando medidas para reduzir a exposição ao risco de crédito.

22. SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>	<u>Vigência</u>
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	20.000	11/2019
	Riscos operacionais	23.000	11/2019
	Responsabilidade civil - obras	5.000	12/2019
	Riscos de engenharia - obras	91.984	06/2020
	Equipamentos	1.302	09/2019
	Frota veículos	1.000	12/2019
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	11.003	09/2019

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2019.